

Leibniz é o inventor do “paralelismo psicofísico”?¹

Paul Rateau
Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne

Resumo: O objetivo deste artigo é mostrar que, por “paralelismo” Leibniz quer dizer algo diferente do que estamos acostumados a chamar, desde Fechner, de “paralelismo psicofísico”. Além do fato de que o termo “paralelismo” ocorre muito raramente no *corpus* leibniziano, é somente na controvérsia com Stahl que o termo é usado explicitamente para se referir à harmonia pré-estabelecida da alma e do corpo. Em vez de um paralelismo “metafísico” que coloca a alma e o corpo em oposição como duas entidades heterogêneas, Leibniz propõe uma relação simbólica entre os dois e defende um paralelismo “metodológico” que, ao explicar um fenômeno, exige que não confundamos causas eficientes e causas finais, ou os reinos da Natureza e da Graça, ao mesmo tempo em que estabelece sua exata concordância e convergência.

Palavras-chave: Leibniz, harmonia preestabelecida, paralelismo psicofísico, união da alma e do corpo, *mind-body problem*, mônada.

Résumé: L’objet de cet article est de montrer que par « parallélisme », Leibniz entend autre chose que ce que l’on a coutume d’appeler, depuis Fechner, le « parallélisme psychophysique ». Outre que les occurrences du terme « parallélisme » sont peu nombreuses dans le *corpus* leibnizien, son usage ne réfère explicitement à l’harmonie préétablie de l’âme et du corps que dans la controverse avec Stahl. Plutôt qu’un parallélisme « métaphysique » opposant l’âme et le corps comme deux entités hétérogènes, Leibniz envisage une relation symbolique entre les deux et défend un parallélisme « méthodologique », qui commande, dans l’explication d’un phénomène, de ne pas confondre causes efficaces et causes finales ni les règnes de la Nature et de la Grâce, tout en posant leur exacte concordance et convergence.

Mots-clés: Leibniz, harmonie préétablie, parallélisme psychophysique, union de l’âme et du corps, *mind-body problem*, monade.

Introdução

A invenção da expressão “paralelismo psicofísico” é geralmente atribuída² ao psicólogo alemão Gustav T. Fechner, embora não apareça literalmente nos seus escritos³. Nas palavras de Armand Cuvillier, esta teoria baseia-se nas duas proposições seguintes:

1° Como a ação recíproca do corpo e da mente é ininteligível, admitiremos que esta ação ocorre como se houvesse uma *correspondência*

¹ Agradeço a Estevam Strausz (UFRJ) por ter traduzido meu texto para o português.

² Ver art. “Parallélisme”, in LALANDE, 1993, vol. 2, p. 735.

³ Wilhelm M. Wundt é de fato o primeiro a usá-lo, em *Über psychische Causalität und das Princip des psychophysischen Parallelismus*, *Philosophische Studien* (1894).

entre a série dos factos psíquicos e a série dos fatos fisiológicos, sem que nunca haja, a rigor, qualquer *ação* de um sobre o outro.

2º Esta correspondência é tal que a *cada fenómeno psíquico corresponde um fenómeno nervoso determinado, e vice-versa*.⁴

Diz-se que esta doutrina foi inspirada por Leibniz e pelo seu sistema da *harmonia pré-estabelecida*. Mas outros leitores e intérpretes também a associaram a Spinoza⁵.

Tanto quanto sabemos, Martial Gueroult é o primeiro a assinalar que “paralelismo” não pertence ao vocabulário do autor da *Ética*⁶, mas sim ao do filósofo de Hanôver. Ele constata a ausência da palavra no corpus espinosiano⁷, mas encontra duas ocorrências em Leibniz, nas *Considerações acerca da Doutrina de um Espírito Único Universal* (1702) e no parágrafo 18 da *Teodicéia* (1710). No entanto, desta observação meramente terminológica não se segue qualquer comentário da sua parte sobre no que consistiria a *doutrina* deste “paralelismo” leibniziano.

Chantal Jaquet vai um passo além. Com base no texto das *Considerações*, ela não apenas rejeita o uso de um termo erroneamente atribuído a Spinoza, mas de fato utilizado por Leibniz, como também denuncia a atribuição errônea da teoria (o “paralelismo psicofísico”) cuja autoria pertence a Leibniz⁸. Ocorre então um deslocamento do termo para o que ele designa. Não se trata apenas de observar que o autor da *Ética* não usa o termo “paralelismo”, enquanto o autor da *Monadologia* o faz, mas também de afirmar que a doutrina à qual esse termo se refere — identificada com o “paralelismo psicofísico” — não convêm ao primeiro, enquanto é efetivamente defendida pelo segundo. Essa crítica ao suposto paralelismo espinosista, denunciado como resultado de uma assimilação retrospectiva e ilegítima de uma tese leibniziana, foi desde então amplamente reiterada nos estudos dedicados ao filósofo holandês.⁹

Para nós, o problema não é saber se há ou não paralelismo em Spinoza — e se, em caso afirmativo, que forma de paralelismo ele defendeu, ou se a questão sequer condiz com o quadro conceitual de sua filosofia. Trata-se de questionar se a doutrina atribuída a Leibniz — aliviando o autor da *Ética* de sua responsabilidade — é de fato defendida por ele nas *Considerações* e em seus outros textos, sob o nome de “paralelismo”. Uma leitura cuidadosa de seus escritos sugere

⁴ *Manuel de philosophie à l'usage des classes de philosophie et de première supérieure* (1931), Tome 1, Première partie: Psychologie” (CUVILLIER, 1931 p. 79).

⁵ Sobre a questão do paralelismo na Alemanha na segunda metade do século XIX e sua associação com o spinozismo, ver BONNET, 2022.

⁶ GUEROULT, 1974, p. 64 (nota 39).

⁷ Isso não o impede de usá-la, por conveniência, em seu comentário da *Ética*.

⁸ JAQUET, 2017, p. 11; ver JAQUET, , 2004, p. 10, 11 e 16.

⁹ Ver por exemplo GILLOT, p. 69, p. 92 (onde a autora diz: “o ‘paralelismo’ poderia assim constituir o outro nome da harmonia preestabelecida”); ATLAN, 2018, p. 138-139.

que o que o filósofo de Hanover entende com a palavra é algo diferente do que geralmente chamamos de “paralelismo psicofísico”. Assim se referir ao termo, levantando sua hipótese da harmonia preestabelecida, seria então não menos questionável do que no caso de Spinoza. Finalmente, precisamos entender o significado desse “paralelismo” no contexto monadológico, onde a dualidade das substâncias (alma e corpo) é superada pelo conceito único da mônada.

I. As *Considerações acerca da Doutrina de um Espírito Único Universal*: o paralelismo sem harmonia pré-estabelecida

As *Considerações acerca da Doutrina de um Espírito Único Universal*, que Leibniz teria escrito a pedido da Rainha Sophie-Charlotte, não contêm nenhuma menção explícita à harmonia pré-estabelecida. A obra tem precisamente um objetivo: refutar uma doutrina defendida por vários autores antigos e contemporâneos, que têm em comum a negação da existência de almas individuais distintas, ou pelo menos a negação de sua subsistência após a morte, e a afirmação de que “há apenas um Espírito, que é universal, e que anima todo o universo e todas as suas partes, cada uma de acordo com sua estrutura e de acordo com os órgãos que encontra, assim como o mesmo sopro de vento faz com que os diferentes tubos de um órgão soem de forma diferente”¹⁰. Entre os defensores dessa opinião, ou aqueles que se aproximam dela em algum grau, há quatro grupos principais: O primeiro inclui Aristóteles (como entendido por alguns intérpretes), Averróis, seus “discípulos” italianos (notadamente Pomponazzi e Contarini) e Gabriel Naudé; o segundo inclui Spinoza (“que admite apenas uma substância”) e os ocasionalistas (“que afirmam que apenas Deus age”)¹¹; o terceiro inclui místicos e quietistas adeptos do “Sabbath ou repouso das almas em Deus”. Por fim, há um último grupo formado por aqueles que identificam esse Espírito universal com o próprio Deus ou fazem dele a alma do mundo criado por Deus, como os cabalistas, Henry More e “certos químicos”¹². Leibniz aponta a fraqueza dessa doutrina — tal como ele a reconstitui em forma geral — cujos defensores são incapazes de fornecer qualquer demonstração. Ela não é menos nociva porque

¹⁰ GP VI, 529. Leibniz faz posteriormente a comparação desse Espírito universal com “um oceano composto de um número infinito de gotas, que são separadas dele quando animam algum corpo orgânico particular”, e que depois “se reúnem com seu oceano após a destruição dos órgãos” (GP VI, 535). As duas imagens (o vento nos tubos do órgão e o oceano) são retomadas respectivamente nos parágrafos 7 e 8 do *Discours préliminaire de la conformité de la foi avec la raison* (GP VI, 54), onde essa doutrina e seus principais proponentes (chamados de “Monopsiquitas” no § 9) também são apresentados e criticados (até o § 10).

¹¹ GP VI, 530.

¹² GP VI, 531. Leibniz certamente tem em mente Jean-Baptiste van Helmont. No *Discours préliminaire de la conformité de la foi avec la raison*, il évoque “a alma do mundo de Platão” e dos estoicos, defensores “desta alma comum que absorve todas as outras” (§ 9, GP VI, 55).

“destrói a imortalidade das almas e degrada a raça humana, ou melhor, todas as criaturas vivas, da posição que lhes pertencia e que lhes era comumente atribuída”¹³. De fato, nenhuma delas teria uma alma própria ou subsistente, e cada uma seria reduzida, no final, a um corpo material perecível.

Apesar de sua falsidade, duas razões parecem ter favorecido a ideia de um único Espírito universal: 1. a dificuldade de explicar a origem das almas particulares; 2. a doutrina da alma separada (de toda a matéria) defendida pelos escolásticos, a fim de garantir sua imortalidade, apesar da corrupção dos corpos. Para provar a possibilidade dessa separação e a independência da alma, os escolásticos pretenderam demonstrar que a alma “já nesta vida tem pensamentos abstratos e independentes das ideias materiais”¹⁴. Os que se opunham a esta tese, considerada (e com razão, de acordo com Leibniz) “contrária à experiência e à razão”, preferiram acreditar na “extinção da alma particular e na preservação apenas do espírito universal”¹⁵.

Leibniz introduziu o termo “paralelismo” no contexto da refutação da doutrina escolástica da separação das almas que, por ser inadmissível, ajudou a reforçar a ideia de um Espírito universal único. Ele sustentou que “nunca há um pensamento abstrato que não seja acompanhado por alguma imagem ou traço material”. Em seguida, vem a seguinte declaração:

[...] e estabeleci um paralelismo perfeito entre o que se passa na alma e o que acontece na matéria, tendo demonstrado que a alma com suas funções é algo distinto da matéria, mas que, no entanto, é sempre acompanhada pelos órgãos da matéria, e que também as funções da alma são sempre acompanhadas pelas funções dos órgãos, que devem responder a elas, e que isso é recíproco e sempre será assim.¹⁶

O paralelismo aqui descrito é baseado no que se *apresenta* como um dualismo¹⁷: a distinção entre a alma e o corpo. Entretanto, ele não diz nada sobre a natureza do relacionamento entre as duas entidades distinguidas: trata-se da influência física recíproca de um sobre o outro (como acreditam os escolásticos e, à sua maneira, Descartes); do constante ajuste por Deus do estado de um ao estado do outro, de modo que eles correspondam perfeitamente (ocasionalismo); ou do acordo instituído *ab initio* entre eles, cada um desdobrando espontaneamente, independentemente do outro e de qualquer intervenção externa ou de seus estados, de modo que estes correspondam exatamente aos do outro (a hipótese leibniziana)? O texto não fala

¹³ GP VI, 531.

¹⁴ GP VI, 532.

¹⁵ *Ibid.*, ver também *Novos Ensaios sobre o entendimento humano* [abreviatura: NE], prefácio, A VI, 6, 59.

¹⁶ GP VI, 533. Grifo nosso.

¹⁷ Mais à frente veremos no que consiste realmente este “dualismo” para Leibniz.

sobre as várias explicações possíveis para a união da alma e do corpo. A tese do paralelismo, tal como é exposta, não é, portanto, outro nome para a harmonia preestabelecida, ou uma ilustração dela, uma vez que poderia ser sustentada em outro quadro teórico, desde que fosse “dualista”. Ele cumpre aqui um papel inteiramente diferente: o de mostrar a impossibilidade de uma alma estar absolutamente sem um corpo — e mais precisamente sem um corpo orgânico, ainda que reduzido e diminuído, cujos órgãos respondam às funções da alma.

Estritamente falando, portanto, não podemos deduzir a harmonia preestabelecida do paralelismo descrito nessa passagem das *Considerações*, mesmo que pareça, por outro lado, que esse paralelismo seja, para Leibniz, uma consequência necessária da harmonia preestabelecida¹⁸ — o que não impede seu uso independentemente dessa hipótese ou sem referência explícita a ela. A esse respeito, que a doutrina das “unidades ou coisas simples”, ou seja, das mônadas, seja mencionada apenas no final do texto¹⁹, mostra que ela não seja necessária para estabelecer a imortalidade da alma e sua união perpétua com um corpo. O paralelismo, repetimo-nos, é relativamente independente: refere-se a uma tese muito específica, a da subsistência conjunta da alma e de um corpo, para a qual Leibniz afirma encontrar, se não provas experimentais, pelo menos numerosos indícios, exemplos e “amostras” na observação da natureza²⁰.

No entanto, há uma objeção possível. É certo que Leibniz não menciona diretamente sua “hipótese filosófica” (a harmonia preestabelecida) e que o paralelismo adotado tem como finalidade combater a doutrina escolástica das almas separadas²¹. Mas resta o fato de que as *Considerações* parecem conter uma exposição do “paralelismo psicofísico”, se com isso queremos dizer a posição fundamentalmente dualista que afirma que “a todo fenômeno físico corresponde um fato psíquico, e vice-versa”²², e se abandonarmos (por uma espécie de suspensão de juízo [*epochè*]) a questão da explicação da relação entre a alma e o corpo (por ação transitiva, pela assistência de Deus ou em virtude de uma harmonia preestabelecida). Ao declarar que todo pensamento, mesmo o mais abstrato, sempre tem um correlato material (imagem ou traço), que

¹⁸ A harmonia requer a união perpétua da alma com um corpo (que nunca é o mesmo) e, conseqüentemente, sua permanente correspondência. A destruição dessa união, se fosse possível, produziria uma descontinuidade que levaria a um afastamento da ordem natural: “[...] criaturas livres ou liberadas da matéria seriam ao mesmo tempo separadas do vínculo universal e como desertores da ordem geral” (*Considérations sur les Principes de Vie, et sur les Natures Plastiques*, 1705, GP VI, 546). Além de Deus, portanto, não há almas inteiramente separadas da matéria.

¹⁹ GP VI, 538. Sobre este ponto, deve-se notar que Leibniz procede de forma diferente no *Discurso preliminar sobre a conformidade da fé com a razão*, onde, sem mencionar qualquer paralelismo desta vez, ele afirma que o “sistema de harmonia pré-estabelecida” é o melhor meio de refutar a doutrina da alma universal (ver § 10, GP VI, 56).

²⁰ Ver GP VI, 533 e 534.

²¹ Ela também apresenta uma vantagem considerável aos olhos de Leibniz: torna possível basear o dogma teológico da ressurreição dos corpos em uma explicação natural, sem a necessidade de recorrer a milagres (GP VI, 533, 536; NE, prefácio, A VI, 6, 68).

²² LALANDE, art. “Parallélisme”, vol. 2, p. 736.

todo movimento corporal tem necessariamente seu correspondente psíquico (embora possa passar despercebido), Leibniz não teria afirmado a tese do “paralelismo psicofísico” em sua forma canônica? Ele seria o representante perfeito dessa doutrina, destinada a sobreviver a ele (uma vez despojado do aparato metafísico do “sistema”), que postula, além de uma simples correspondência geral entre corpo e mente, a exigência de uma expressão termo a termo, sem lacuna ou descontinuidade, de um através do outro, das funções e estados de um através dos órgãos e estados do outro.

Em nossa opinião, Leibniz não pode ser considerado um defensor perfeito do “paralelismo psicofísico” com base nas *Considerações*, pois o paralelismo ali apresentado, embora estabeleça a correspondência biunívoca entre os fenômenos psíquicos e físicos, nada diz sobre a maneira pela qual os respectivos estados da mente e do corpo são produzidos. Não satisfaz, portanto, a segunda proposição essencial²³ que, além da correspondência, é a base do “paralelismo psicofísico”, a saber: a independência causal da série de fatos psíquicos e da série de fatos fisiológicos — de modo que nunca há qualquer interferência entre eles, ou seja, nenhuma ação da mente sobre o corpo ou do corpo sobre a mente.

Poder-se-ia, é claro, argumentar que Leibniz *também* afirma essa perfeita independência causal, em nome do princípio da homogeneidade necessária entre causa e efeito (que é, em si, uma consequência do princípio da razão): um movimento não pode gerar nada além de um movimento, e de um pensamento só pode seguir outro pensamento. Acontece, porém, que Leibniz não menciona isso, nem mesmo faz alusão a isso no texto em discussão. A menos que estejamos reconstruindo artificialmente um “sistema” leibniziano que existe apenas nas mentes de seus intérpretes, o paralelismo mencionado nas *Considerações* tem apenas a função restrita e particular identificada acima, no contexto da refutação da doutrina do Espírito único universal. Ao usar esse termo (“paralelismo”), o filósofo hanoveriano não quer dizer aqui que as duas linhas de fenômenos (psíquico e físico) são causalmente produzidas, cada uma independentemente da outra, em sua própria ordem, enquanto respondem exatamente uma à outra, mas que elas devem continuar perpetuamente, de modo que a alma deve sempre ter um corpo e que não apenas a alma, mas também o animal (como composto de alma e corpo) nunca é destruído. Em outras palavras, não é a questão da causalidade e da relação entre alma e corpo que interessa a Leibniz nesse texto, mas a do porvir de sua união, que ele considera indestrutível

²³ Ver CUVILLIER, *Manuel de philosophie*, cit. supra.

(exceto pelo efeito de um milagre), quaisquer que sejam as mudanças e transformações pelas quais o animal passe.

A ideia principal não é tanto a impossibilidade de interação entre as duas linhas que, por definição, não se cruzam, mas a necessidade da continuidade perpétua de sua evolução espelhada. É por isso que a palavra “paralelismo” não é usada, de forma privilegiada, para designar a harmonia preestabelecida entre a alma e o corpo. Em vez disso, ela é usada para indicar uma de suas consequências, embora possa ser aceita independentemente dessa hipótese explicativa, ou mesmo dentro de uma estrutura filosófica completamente distinta. Leibniz prefere os termos “acordo(s)”, “concomitância” ou “conformidade”²⁴ para caracterizar sua “hipótese filosófica”.

II. Paralelismo e harmonia pré-estabelecida na controvérsia com Stahl: um *hapax*?

No corpus leibniziano, encontramos apenas um texto em que a harmonia pré-estabelecida é explicitamente referida como paralelismo. Em sua controvérsia com o médico Georg-Ernst Stahl, posterior às *Considerações*, Leibniz se refere ao “paralelismo duplo e muito perfeito” que ele havia estabelecido:

Um deles é entre os princípios material e formal, ou seja, entre o corpo e a alma; o outro é entre o reino das causas eficientes e o reino das causas finais. O paralelismo entre o corpo e a alma contém (*continet*) o sistema de harmonia pré-estabelecida, do qual sou o inventor. Pois mesmo que a fonte primeira (*proximus*) de toda ação seja encontrada na alma, como a de toda paixão na matéria, não se deve pensar que a alma, por suas operações inerentes (*insitas*) – a saber, percepção e apetite – faz com que o menor corpo se desvie de suas leis mecânicas, mas sim que ela opera de acordo com elas, e que tudo foi constituído desde o início por Deus, ao criar almas e corpos, de modo que a série de movimentos no corpo responde perfeitamente à série de percepções na alma e vice-versa.²⁵

Desse paralelismo entre a alma e o corpo deriva-se o segundo, entre causas eficientes e causas finais:

²⁴ Ver, por exemplo, a carta a Arnauld de junho 1686, A II, 2, 58; 59; a carta a Arnauld de 14 de julho 1686, A II, 2, 82; a carta a Foucher de agosto 1686, A II, 2, 90; *Sistema novo*, GP IV, 485; *Monadologia*, § 78.

²⁵ *Doutes ou, comme le veut l'auteur, remarques touchant quelques assertions de la véritable théorie médicale* (1709). O texto em latim, que aqui traduzimos, foi publicado em *The Leibniz-Stahl Controversy* (Duchesneau e Smith (orgs.), 2016, p. 20). Uma tradução francesa deste trecho encontra-se em *La controverse entre Stahl et Leibniz sur la vie, l'organisme et le mixte*, (LEIBNIZ, 2004, p. 75-77).

E, dessa forma, torna-se possível dar uma razão natural para tudo na alma e no corpo, uma vez que o estado atual do corpo decorre de seu estado anterior em virtude das leis das causas eficientes, e o estado atual da alma decorre de seu estado anterior em virtude das leis das causas finais. Lá ocorre a série de movimentos, aqui a série de apetites; lá passamos da causa ao efeito, aqui do fim ao meio. E podemos dizer com razão que a representação do fim na alma é a causa eficiente da representação dos meios nela. E assim, do paralelismo entre as causas materiais e formais nos seres vivos – isto é, nas máquinas da natureza – deduzimos o paralelismo entre as causas eficientes e finais. E, embora esse paralelismo não seja igualmente aparente para os sentidos nas massas brutas, ele ainda assim ocorre ali [...].²⁶

Nessa única passagem de um escrito datado de 1709, Leibniz transforma o sistema de harmonia pré-estabelecida em um paralelismo. Os dois principais requisitos do “paralelismo psicofísico” - a correspondência biunívoca das séries e sua completa autonomia causal - estão agora efetivamente reunidos. Os estados do corpo correspondem exatamente aos da alma, mas não há interação entre eles, de modo que cada série de fenômenos produzidos (movimentos, por um lado, percepções e apetites, por outro) é independente da outra e está sujeita à sua própria lei (leis das causas eficientes, ou seja, leis do mecanismo, por um lado, leis das causas finais, ou seja, do bem e do mal, por outro).

Portanto, é possível encontrar na obra de Leibniz uma base textual para o “paralelismo psicofísico” - que não é a tão citada *Considerações*. Pois bem. Mas será que a prova é suficiente? Ela parece frágil a partir do momento em que se baseia em um *hapax* - ligado ao contexto da controvérsia, em que Leibniz escolheu deliberadamente o termo “paralelismo” para melhor denunciar a confusão cometida por seu oponente, culpado de envolver diretamente a alma na produção (e, portanto, na explicação) dos fenômenos corporais. Se o filósofo não reiterou posteriormente essa identificação da harmonia preestabelecida com o paralelismo, talvez tenha sido porque, em última análise, isso lhe pareceu reducionista e até questionável. Pois a harmonia inclui o paralelismo em vez de o paralelismo incluir a harmonia²⁷. O paralelismo pode ser explicado pela harmonia, e não a harmonia pelo paralelismo: é uma consequência²⁸, ou uma das propriedades da harmonia, e não o contrário. A harmonia preestabelecida implica o paralelismo,

²⁶ *Ibid.*, p. 22; LEIBNIZ, 2004, p. 77-79.

²⁷ Sobre isso, a proposição “Parallelismum inter Corpus & Animam continet Systema Harmoniae praestabilitae, quod produxi primus” pode ser lida, embora com menos naturalidade, como significando: “o sistema da harmonia preestabelecida, do qual sou o inventor, contém o paralelismo entre o corpo e a alma”, mais do que como: “o paralelismo entre o corpo e a alma contém o sistema da harmonia preestabelecida, do qual sou o inventor”. É, aliás, assim que Sarah Carvallo optou por traduzir (LEIBNIZ, 2004, p. 75).

²⁸ “A razão que faz que as crianças não formem os pensamentos dos homens feitos é que seus pensamentos são paralelos aos fenômenos externos com relação a seus corpos. Essa é a *consequência* da harmonia” (carta a Jaquetot de 9 fevereiro 1704, GP III, 465; grifo nosso).

mas diz uma coisa a mais e distinta: não apenas a correspondência, a independência causal das séries, a ausência de interferência, mas também sua expressão mútua e *afinidade*. Para Leibniz, a relação entre o afeto da alma e o movimento correlativo do corpo não é livremente instituída por Deus: ela expressa uma “conexão natural”²⁹, uma conformidade e uma espécie de semelhança de um com o outro — e, portanto, atesta a sabedoria do autor das coisas. Portanto, afirmar, como fazem os “cartesianos” e Locke³⁰, que a associação de um sentimento com um movimento corporal é arbitrária é tão absurdo, de acordo com o filósofo de Hanover, quanto admitir que um pintor possa representar a cúpula da Basílica de São Pedro em Roma com uma pirâmide³¹. Um determinado sentimento ou pensamento da alma não é, em termos psicológicos, o que corresponde de forma puramente contingente a um determinado movimento do corpo (de modo que qualquer outro sentimento ou pensamento também poderia ter sido associado a ele), mas sim sua representação. Essa representação obviamente não é exata (idêntica), pois é

[...] expressiva ou de uma certa ordem, assim como uma elipse e até mesmo uma parábola ou hipérbole se assemelham de alguma forma ao círculo do qual são a projeção no plano, já que há uma certa relação exata e natural entre o que é projetado e a projeção que é feita dele, cada ponto de um correspondendo de certa forma a cada ponto do outro.³²

O estado da alma *expressa*³³ o estado do corpo (e vice-versa), como sua tradução ou transposição, de acordo com uma afinidade natural cuja ideia não está contida na noção de paralelismo. Tal paralelismo pode até ser enganoso se sugerir duas naturezas (alma e corpo) que não são apenas heterogêneas e independentes, mas de alguma forma estranhas uma à outra, sem essa relação de conveniência.

Em outras palavras, com exceção da passagem mencionada na discussão com Stahl, poderíamos pensar que Leibniz evita usar o termo “paralelismo” para designar a harmonia pré-estabelecida, precisamente porque ele atribui à harmonia propriedades que o paralelismo não expressa, ou que podem até parecer incompatíveis com ele. As ocorrências de “paralelismo”

²⁹ Ver NE, II, 8, § 13, A VI, 6, 131; II, 20, § 6, A VI, 6, 165.

³⁰ Ver *ibid.*, 165-166 e prefácio, A VI, 6, 56.

³¹ *Addition à l'Explication du système nouveau touchant l'union de l'âme et du corps, envoyée à Paris à l'occasion d'un livre intitulé Connaissance de soi-même* (1698-1700), GP IV, 576.

³² NE II, 8, § 13, A VI, 6, 131.

³³ Particularmente no sentido que Leibniz atribui ao termo: “Uma coisa exprime uma outra quando há uma relação constante e regrada entre o que se pode dizer de uma e da outra, é assim que uma projeção de perspectiva exprime seu geometral” (carta a Arnauld de setembro 1687, A II, 231; definição que se repete na carta a Arnauld de 9 de outubro 1687, A II, 240). Ver também *Quid sit Idea?*, A VI, 4-B, 1370-1371.

nos *Ensaio da Teodiceia*³⁴ (§18 e §74) confirmam isso, embora não digam respeito diretamente à relação entre alma e corpo e ilustrem outros usos do termo (que, dentro dos limites desta apresentação, não examinaremos).

III. O termo paralelismo é relevante no contexto monadológico?

Mesmo não se tratando de uma expressão técnica, e nem muito comum no vocabulário leibniziano, o paralelismo ainda ilustra uma propriedade da harmonia: a correspondência constante, termo a termo, de duas séries de fenômenos distintos. Desse ponto de vista, ela forma a base do que pode ser chamado de paralelismo *epistemológico* ou *metodológico*. Esse paralelismo, que Leibniz recomendou corretamente a Stahl que seguisse, consiste em ter o cuidado de sempre separar as causas eficientes das finais e, quando se trata de explicar os objetos naturais (o movimento dos corpos, a estrutura e o funcionamento dos seres vivos), considerar e tratar apenas das primeiras – sabendo que as leis do mecanismo se baseiam, em última análise, no princípio da conveniência, ou seja, do melhor, que levou Deus a escolhê-las em vez de outras³⁵. Essa subordinação da “necessidade física”, própria da ordem da natureza, à “necessidade moral”, derivada da sabedoria, autoriza o físico a fazer uso heurístico — e apenas heurístico — das causas finais. De fato, seria equivocado privar-se delas, cuja consideração facilita a invenção, uma vez que o mundo natural é obra de um autor inteligente, dotado de vontade e voltado para fins. O paralelismo é de ordem metodológica, pois pressupõe que, ao explicar um determinado fenômeno, a via das causas finais, que geralmente é mais fácil de seguir, diz respeito necessariamente à via das causas eficientes, que muitas vezes é difícil de encontrar, mas é “mais profunda”³⁶. Seguir o primeiro é dar a nós mesmos os meios para descobrir o segundo.

O mesmo se aplica ao estudo de fenômenos “psicológicos”: assim como não devemos usar causas finais para explicar um fenômeno físico, não convém usar causas eficientes — “razões mecânicas” — para explicar uma percepção, um sentimento ou um apetite³⁷. Sendo útil para o cientista em sua pesquisa, o paralelismo pode ser mais do que uma regra de método e constituir

³⁴ Leibniz faz menção, no § 18, a um “*paralelismo harmônico* dos reinos da Natureza e da Graça”, no contexto de uma exposição de uma hipótese teológico-astronômica, inspirada por seu “princípio da harmonia”, consistente na interpretação de uma história da Terra, de suas mudanças e transformações, com base na narrativa bíblica. O § 74 descreve em seguida este paralelismo entre causas eficientes e finais, em virtude do qual as punições e recompensas decorrem dos pecados e das boas ações, por uma sequência natural (e não pela intervenção particular de Deus).

³⁵ Ver *Discours préliminaire de la conformité de la foi avec la raison*, § 1.

³⁶ Ver *Discurso de metafísica*, art. 22.

³⁷ Como ilustra o famoso exemplo do moinho do § 17 da *Monadologia*.

uma tese metafísica genuína? A questão surge com Leibniz, a partir do momento em que seu conceito único de mônada leva à superação de todo dualismo, em particular a distinção cartesiana entre a substância pensante e a substância extensa. Como os compostos ou corpos são, eles próprios, conjuntos de substâncias simples ou mônadas, o universo leibniziano é formado por, e pode, portanto, ser explicado por, apenas um tipo de ser. A rigor, existem apenas mônadas (seres capazes de agir, dotados de percepção e apetite), agregados de mônadas e o que decorre das mônadas: os fenômenos oriundos de sua atividade permanente e a influência ideal que exercem uns sobre os outros³⁸. Nessa estrutura teórica, a oposição entre a alma e o corpo é reduzida à de *um* e *muitos*. Não se trata de duas entidades heterogêneas. A alma não difere do corpo ontologicamente, uma vez que são fundamentalmente da mesma natureza (monádica), mas apenas da maneira como o simples difere do composto. Nesse contexto “monista”³⁹, ainda faz sentido falar de paralelismo?

Para responder a essa pergunta, precisamos retornar à relação entre a mônada “central” ou “dominante” (alma ou espírito) e o número infinito de mônadas subalternas que formam seu “corpo próprio”⁴⁰ — o todo que constitui o animal ou ser vivo. Surgem dois tipos de unidade: por um lado, a unidade verdadeira e substancial que é inerente a cada mônada; por outro lado, a unidade por acidente, derivada, obtida por agregação, que a mônada principal impõe às mônadas subordinadas que compõem seu corpo. Essa segunda unidade, que se acrescenta à primeira, reflete o exercício de uma “dominação”, que deve ser entendida como um elo que reúne as mônadas inferiores e uma lei que as regula de modo que contribuam para o mesmo fim, a saber: por meio da preservação e da manutenção das partes orgânicas do animal, a preservação e o desenvolvimento de todo o ser vivo.

A assimilação do corpo a um conjunto, uma amálgama ou uma “massa” de mônadas não deve ser mal interpretada. O corpo, extenso e divisível, não é estritamente *feito* de mônadas, às quais seria possível chegar por decomposição, como os elementos finais da matéria. As mônadas são imateriais, indivisíveis porque não têm partes, e enquanto tais são inacessíveis na experiência. O corpo é o resultado de sua atividade perpétua subjacente⁴¹, o efeito fenomenalmente observável de sua presença. As mônadas, portanto, não são os componentes da matéria, mas os princípios e requisitos que devem ser colocados em sua fundação para explicar o que ocorre

³⁸ Ver *Monadologia* §51.

³⁹ Bem diferente de Espinosa, que postula, além da singularidade da substância, a infinidade de seus atributos, incluindo pensamento e extensão.

⁴⁰ *Princípios da natureza e da graça*, §3 (LEIBNIZ, 1954, 2002, p. 31).

⁴¹ Ver a carta a Lady Masham de 10 de julho 1705 (GP III, 367); a carta a de Volder de 30 junho 1704 (GP II, 268); a carta a des Bosses de 16 outubro 1706 (GP II, 324).

dentro dela⁴². É por isso que Leibniz pode afirmar que o corpo é *ao mesmo tempo* um “fenômeno bem fundamentado” — uma mera aparência que não é nada em si mesma sem a ação das mônadas das quais resulta e independentemente da alma que a percebe⁴³ — e uma substância composta — se for vista metafisicamente, como esse arranjo hierárquico de mônadas trabalhando em conjunto sob a égide de uma mônada central.

Qual é então o significado, do ponto de vista monadológico, da distinção e do “paralelismo” das causas eficientes e das causas finais? Que todas as mônadas agem de acordo com as causas finais, incluindo aquelas que constituem o corpo. Mas o corpo, considerado como um fenômeno, é determinado por causas eficientes, e suas modificações só podem ser explicadas por elas. Enquanto “*as percepções na mônada surgem umas das outras pelas leis dos apetites, ou das causas finais do bem e do mal*”, deve-se presumir que “*as mudanças nos corpos e os fenômenos fora deles surgem uns dos outros pelas leis das causas eficientes, isto é, dos movimentos*”⁴⁴. A harmonia entre percepções e movimentos é a aquela que, pré-estabelecida, existe entre esses dois sistemas de causas; “e”, conclui Leibniz, “é nisso que consiste o acordo e a união física da alma e do corpo, sem que um possa mudar as leis do outro”⁴⁵.

Duas harmonias pré-estabelecidas são sobrepostas aqui. A *primeira*, no nível substancial e “atômico”, ordena todas as mônadas entre si, sejam elas dominantes ou subordinadas, espíritos, almas ou mônadas “grosseiras”, de modo que os eventos, as ações e as paixões de cada uma, embora derivem exclusivamente de sua própria natureza, são, no entanto, perfeitamente regulados pelo que acontece nas outras (a ação de uma, por exemplo, responde à paixão das outras). A *segunda*, entre o nível monádico e o nível fenomênico, ordena a alma (a mônada dominante) e seu próprio corpo, entendido como a manifestação empírica da atividade das mônadas “a seu serviço”⁴⁶, agregadas de acordo com uma certa ordem e determinadas a cumprir certas funções. É em relação a essa segunda harmonia, entre o simples e o composto, que aparecem duas realidades distintas, embora necessariamente correlacionadas: de um lado, a alma dotada de percepção e apetite, que age de acordo com causas finais; de outro lado, esse *corpo-fenômeno*, dotado de movimento, regido apenas por causas eficientes — mesmo que, repita-se, seus elementos monádicos “constituintes” (o *corpo-substância*) permaneçam, por sua vez, movidos

⁴² Ver A VI, 4-B, 1673; carta a des Bosses de 5 fevereiro 1712 (GP II, 435-436).

⁴³ “[...] As coisas materiais e seu movimento são apenas fenômenos. Sua realidade está apenas no consentimento das aparências das mônadas.” (carta a Bourguet de 22 março 1714 (GP III, 567)). “Nostra Mens phaenomenon facit, divina Rem” (LEIBNIZ, 1903, p. 528).

⁴⁴ *Princípios da natureza e da graça*, §3 (LEIBNIZ, 1954, p. 31-33).

⁴⁵ *Ibid.*, p. 33.

⁴⁶ É a expressão usada no §71 da *Monadologia* (*Ibid.*, p. 113).

por causas finais. A eficiência (o domínio da física) é, portanto, baseada na finalidade (o domínio da metafísica) ou, por assim dizer, emerge dela: as mônadas, que seguem as leis das causas finais, associam-se em conjuntos (corpos) em torno de uma mônada central; esses conjuntos produzem efeitos sensíveis (fenômenos), que ocorrem e são explicados apenas pelas leis das causas eficientes (mecanismo). Essas leis das eficientes se aplicam ao composto, mas não às mônadas que formam sua base, nem à mônada dominante que forma sua unidade e cuja percepção é o correlato do movimento que agita a matéria.

Além da correspondência geral intermonádica, o “paralelismo”, se é que podemos usar esse termo, só pode ser encontrado entre as mônadas e seus fenômenos, ou seja, entre a ordem do que realmente é e a ordem do que *aparece* — cuja existência não pode ser reduzida simplesmente à representação ou ao “mental”, uma vez que é fundada nesses seres reais que são as mônadas que constituem os corpos. No entanto, trata-se menos de pensar em duas “coisas”, evoluindo ao longo de duas linhas paralelas, do que em uma única e mesma realidade, vista de dois pontos de vista diferentes: *metafísico-monádico*, por um lado, e *físico-fenomenal*, por outro. O par mônadas/fenômenos não substitui um dualismo — o da substância pensante e da substância extensa — por outro. Na verdade, ele exclui qualquer dualidade real, uma vez que o fenômeno constituído pela matéria não tem consistência ontológica própria e é reduzido à expressão sensível, no tempo e no espaço, da atividade monádica. Não há, portanto, necessidade de postular uma harmonia entre duas entidades de naturezas distintas, mas de pensar na relação entre o ser (em si mesmo imperceptível) e sua aparência (perceptível na experiência), que é sua manifestação ou “simbolização”, como sugere a *Monadologia* (§ 61).

Conclusão

Não são muitas as ocorrências do termo “paralelismo” no *corpus* leibniziano, e apenas uma vez, até onde sabemos, ele se refere explicitamente à harmonia pré-estabelecida da alma e do corpo (na controvérsia com Stahl). Mais frequentemente, a palavra é usada para designar uma das consequências dessa harmonia, ou mesmo outras teses apoiadas pelo autor. É o caso das *Considerações acerca da Doutrina de um Espírito Único Universal*, citadas em apoio à interpretação de que Leibniz inventou o “paralelismo psicofísico”. Nesse texto, a correspondência estabelecida entre as funções da alma e os movimentos do corpo não tem outro objetivo senão mostrar que é impossível que a primeira esteja inteiramente separada da segunda. Se a passagem mencionada da controvérsia com Stahl é um hapax, é sem dúvida porque o termo “paralelismo” se mostra

incapaz de expressar certas propriedades essenciais da harmonia leibniziana: além da evolução espelhada de duas séries de fenômenos, sua conveniência e afinidade fundamentais.

Pensamos que poderíamos identificar um paralelismo “metodológico”, que prescreve, na explicação de uma coisa (física ou “psíquica”), não confundir as causas (eficiente e final), e ao mesmo tempo estabelecer sua perfeita concordância e convergência. Neste sentido, o paralelismo é um princípio heurístico do qual os acadêmicos podem tirar o maior proveito na condução de suas pesquisas.

Devemos ir além e pensar em um paralelismo “metafísico”, opondo duas realidades heterogêneas, como a alma e o corpo? O conceito de mônada, por meio do qual toda a realidade é concebida e organizada, parece excluir essa possibilidade: o dualismo é substituído em favor de uma pluralidade infinita de entidades homogêneas, ou seja, pertencentes ao mesmo tipo de ser. O paralelismo desaparece completamente com isso? Não. Ele só pode existir na forma restrita de uma correspondência contínua, termo a termo, entre os respectivos estados de substâncias simples, sem que uma delas jamais possa agir transitivamente sobre as outras ou receber qualquer influência física delas. No que se refere à relação entre o simples e o composto, e entre a alma (ou espírito) e seus fenômenos, vemos que ela não consiste em um paralelo. Em vez disso, ela se baseia em uma relação “simbólica”, na qual o corpo desempenha o papel de interface em dois níveis: como a manifestação visível da atividade das mônadas subalternas (em si mesmas invisíveis) e como o meio pelo qual a mônada central percebe o universo inteiro. Esse *corpo-símbolo* é, ao mesmo tempo, o índice de *outrem* (as mônadas subordinadas à sua fundação) e de um *exterior* (o universo), e o signo do *mesmo* (a alma unida ao seu próprio corpo na unidade do ser vivo) e de um *interior* (a alma e a sucessão de seus pensamentos, dos quais ela é consciente se for espírito). Como tal, ela não é apenas o objeto da ciência, mas também aquilo pelo qual a própria ciência é possível.

Bibliografia

- ATLAN, Henri. *Cours de philosophie biologique et cognitive. Spinoza et la biologie actuelle*. Paris: Odile Jacob, 2018.
- BONNET, C. “Moritz Schlick et le problème du parallélisme psychophysique”. In: *Regards Contemporains sur la Philosophie Moderne. Lectures et Réceptions*. Éric Marquer e Paul Rateau (dir.). Paris: Éditions de la Sorbonne, 2022, p. 265-280.

- CUVILLIER, Armand. *Manuel de philosophie à l'usage des classes de philosophie et de première supérieure*. Ed. Armand Colin, 1931.
- GILLOT, Pascale. *L'esprit, figures classiques et contemporaines*. Paris: CNRS Éditions, 2007.
- GUEROULT, Martial. *Spinoza. II. L'âme*, Paris: Aubier, 1974.
- JAQUET, Chantal. *L'unité du corps et de l'esprit. Affects, actions et passions chez Spinoza*. Paris: PUF, 2004.
- _____. *Spinoza à l'œuvre. Composition des corps et force des idées*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2017.
- LALANDE, André. *Vocabulaire technique et critique de la philosophie*, vol. 2. Paris: PUF, Quadrige, 1993.
- LEIBNIZ, Gottfried. *Opuscles et fragments inédits de Leibniz*, editados por Louis Couturat. Paris: Alcan, 1903.
- _____. *Sämtliche Schriften und Briefe*, Akademie der Wissenschaften zu Berlin, 1923-... (referido como A, NÚMERO DA SÉRIE, número do volume, número da página).
- _____. *Principes de la nature et de la grâce*. Ed. e publicado por André Robinet. Paris: PUF, 1954.
- _____. *Die philosophischen Schriften von Leibniz*, org. Gerhardt, Berlin, 1996 (referido como GP, NÚMERO DO VOLUME, número da página).
- _____. *La controverse entre Stahl et Leibniz sur la vie, l'organisme et le mixte*. Intr. trad. e notas por Sarah Carvallo. Paris: Vrin, 2004.
- _____. *The Leibniz-Stahl Controversy*, tradução (inglesa), ed. e intr. por François Duchesneau e Justin E. H. Smith. New Haven - Londres: Yale University Press, 2016.
- WUNDT, Wilhem W. *Über psychische Causalität und das Princip des psychophysischen Parallelismus*, Philosophische Studien 10. Leipzig: Verlag Wilhelm Engelmann, 1894.